

VISÃO DO CORREIO

O complexo e custoso combate à obesidade

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) divulgou um parecer contrário à incorporação das canetas emagrecedoras de semaglutida e de liraglutida para o tratamento de obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Tecnicamente, a Conitec é um órgão assessor e não tem o poder de proibir, mas de orientar o gestor, no caso o Ministério da Saúde (MS), responsável por tomar decisões de incorporação de medicamentos e tecnologias à rede pública. A orientação costuma ser seguida.

Entre as justificativas listadas na decisão recente da Conitec, está a baixa relação custo-efetividade, diante do alto impacto orçamentário e fiscal da proposta avaliada. O MS apresentou um estudo cujo custo estimado para atendimento a pacientes da rede pública pode chegar a R\$ 4,1 bilhões num período de cinco anos. Considerando casos que podem exigir tratamento contínuo, o valor ultrapassaria R\$ 6 bilhões no mesmo período.

Paralelamente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apertou o controle na dispensação das canetas emagrecedoras no varejo, aplicando regras mais rígidas, como retenção de receita, além da proibição da manipulação dos princípios ativos por farmácias, motivada pelo uso fora de indicação e apontando riscos sanitários.

No mundo, em 2022, 2,5 bilhões de adultos tinham sobrepeso, dos quais 890 milhões viviam com obesidade (cerca de uma em cada oito pessoas), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). E as projeções indicam um cenário ainda pior. A Federação Mundial de Obesidade indica um contingente de 1,53 bilhão de adultos com obesidade até 2035.

O Brasil segue o fenômeno: dados

oficiais mostram um crescimento contínuo do número de obesos ou com sobrepeso. O Vigitel 2023 reportou 24,3% de adultos com obesidade e 61,4% com excesso de peso — proporções que tornam a decisão de oferta gratuita universal dessas novas estratégias farmacológicas impraticável financeiramente.

É bem verdade que a obesidade já causa um impacto alto nas contas públicas. Estudo do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares indica que, se mantida a tendência de aumento de peso na população, de 2021 a 2030, os gastos com atendimento no SUS — hospitalização e atendimento ambulatorial — e os custos à economia nacional com a mortalidade precoce somarão US\$ 22 bilhões. Isso considerando complicações associadas ao excesso de peso, como doenças cardiovasculares, apneia obstrutiva do sono e cânceres.

O enfrentamento a esse grave problema de saúde pública, porém, precisa ser estratégico, para não se correr o risco de prejudicar outras demandas prioritárias. E elas são muitas: da atenção primária (como escassez de profissionais em unidades básicas de saúde e baixa informatização) aos atendimentos mais complexos, de transplantes a atendimentos oncológicos.

As políticas públicas de saúde com foco em obesidade e em suas comorbidades precisam mirar na tríade prevenção, ambiente alimentar e monitoramento frequente — estratégias a serem adotadas para além das unidades de saúde. Passam, também, por novas práticas nas escolas, por acesso a alimentos saudáveis, estímulo à prática de atividades físicas, suporte à saúde mental. Em um leque tão abrangente de intervenções, as apostas precisam ser muito bem avaliadas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Blindagem 1

O Congresso, com credibilidade em baixa, confessa não ser confiável a partir do seu empenho para aprovar a PEC da Blindagem. Se a PEC for aprovada, o Congresso estará escancarando suas portas para os chefões do crime organizado e seus asseclas. O risco dessa proposta de emenda à constituição é absurda ao favorecer a degradação da Constituição e das leis do país. A insegurança domina as ruas. Os bairros mais pobres, as comunidades periféricas e fragilizadas pela ausência de políticas públicas, principalmente, de segurança e de outros serviços do Estado, terão como futuro o seu esmagamento pelos criminosos. A PEC da Blindagem é um movimento pró-criminalidade em todas as suas expressões. Parlamentares corruptos poderão agir sem medo, pois a PEC é seu escudo para atividades incompatíveis com a legislação e com os poucos avanços conquistados pelos brasileiros a partir da redemocratização, em 1988.

» **Paula Vicente**
Lago Sul

Blindagem 2

Mais uma evidência da pior legislação da Câmara dos Deputados, casa legislativa de inegável importância para nós, para o país e para a democracia. Lamentavelmente, por responsabilidade nossa, via nossos votos que elegem deputados federais para legislar, como parece ser o caso, em defesa e proteção de si mesmos (salvo honrosas exceções). Felizmente, seus mandatos são circunstanciais. Portanto, cabe-nos vigiar — dioturnamente — suas atitudes e ações legislativas, pois temos o dever de zelar para que o Poder Legislativo (nesta e noutras instâncias — Senado federal, assembleias legislativas, câmaras de vereadores) cumpra suas obrigações, atribuições institucionais, inerentes aos

mandatos para os quais foram eleitos. Será que os deputados federais ouviram falar em memória histórica? Pois é, há quem a tenha, e seria de bom tom não subestimá-la. Convém assinalar também que, no Brasil, nem todos se encontram à mercê de manipulações discursivas — medíocres, pobres, enfadonhas, repetitivas, vazias de conteúdo etc. — repetidas à exaustão, como apresentadas nesse caso de tentativa de “blindagem” parlamentar.

» **Maria Elsa Markus**
Mato Grosso

Faria Lima

E qual foi a revelação estardecedora? O coração financeiro do país, a badalada Avenida Faria Lima, em São Paulo, abrigava mais de R\$ 30 bilhões em investimentos ligados à facção criminosa. O crime organizado — antes cantado em verso e prosa que era crônico nas periferias — agora se confunde com a elite financeira nacional. Quando a fronteira entre o ilícito e o “mercado respeitável” se dissolve, não resta dúvida: a traição à sociedade vem de onde menos se espera, ou não se queria enxergar.

» **Marcus A. de Carvalho**
Santos (SP)

Vigilância

A fala de Donald Trump sugerindo que os americanos talvez gostem de um ditador nos ajuda a entender o que realmente está por trás da política. Nela, o apoio e as alianças não são amizades, mas, sim, parte de uma estratégia de jogo. É essencial proteger o que é nosso por meio das leis, prevenindo que pessoas se unam para usurpar nossos bens. Cuidar dos estados que fazem fronteira com o Brasil também é fundamental. Devemos ficar sempre atentos e vigilantes!

» **Sinara Pereira**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

As taxas de feminicídio no DF são assustadoras. Quantas mulheres esquartejadas foram encontradas só neste ano no DF? É assustador, é cruel!

Pilar de Freitas — Brasília

Enquanto a população se preocupa com a bandidagem e tenta sobreviver em tempos amargos e dicotômicos, parlamentares produzem a PEC da Blindagem e seguem aplaudindo os embargos econômicos!

Marcelo Pompom — Riacho Fundo 2

PEC da blindagem: Tenham vergonha! Vocês estão criando dúvidas. Preocuparse em não ser preso é coisa de bandido.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

PEC da Blindagem é sinônimo de impunidade para deputados e senadores.

Ivone Santos — Brasília

Essa operação contra o PCC nada mais é do que uma maneira de mostrar aos Estados Unidos que o governo combate as facções e, assim, evitar uma possível operação americana no Brasil.

Ligia Peles — Brasília

CPMI do INSS: queremos rigor e lisura. Que os parlamentares não poupem os culpados, seja de qual lado eles forem!

Aêdda Azevedo — Brasília

Quando o direito à aposentadoria é violado, não é apenas o bolso que sangra — é a memória de uma vida inteira de trabalho que se vê desrespeitada. O Brasil precisa olhar nos olhos de seus aposentados e dizer: “Nós não esquecemos de vocês”.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

O andar de cima

Como a italiana Mãos Limpas, a megaoperação Carbono Oculto, ao lado da Quasar e da Tank, tem tudo para ser um ponto de virada no combate ao crime organizado no Brasil. Mais do que uma simples ação policial, a operação desvendou a mais ambiciosa e sofisticada estratégia de uma organização criminosa que não se limita ao tráfico de drogas e à violência urbana. O que emergiu dessa investigação é a imagem de uma verdadeira máfia brasileira, que opera não nas vielas e morros, mas nas salas de diretoria de empresas e nos corredores do mercado financeiro.

É, sem dúvida, uma mudança de paradigma em relação à atuação do Estado. Ao atingir o “andar de cima” do crime organizado, como enfatizou o ministro Fernando Haddad, as autoridades demonstraram que o combate efetivo não se limita a prisões, mas à desarticulação dos esquemas financeiros. Essa abordagem é a única capaz de enfrentar uma organização que se comporta como uma empresa.

A infiltração na economia formal é a tese que sustenta essa nova máfia. O Primeiro Comando da Capital (PCC) demonstrou uma surpreendente capacidade de evolução, passando de uma facção criminosa para uma rede de negócios. Ao terceirizar o tráfico de drogas, a organização focou em crimes mais complexos, como a lavagem de dinheiro em escala industrial. Para isso, o PCC recrutou um exército de “associados”, profissionais

com grande conhecimento técnico em áreas como finanças, direito e contabilidade, que não são batizados pela facção, mas são cruciais para sua sobrevivência e crescimento.

Já a atuação do PCC no setor de combustíveis é a prova mais gritante da capacidade de lesar a sociedade em múltiplas frentes. Ao controlar toda a cadeia, desde a importação de insumos químicos para adulteração, como o metanol, até a distribuição em postos de gasolina, a organização criminosa gerou uma fraude em larga escala. A estimativa de que 30% dos postos em São Paulo foram abastecidos com combustível adulterado é alarmante, revelando uma sonegação fiscal de mais de R\$ 7,6 bilhões e, ao mesmo tempo, expondo a população a riscos ambientais e de segurança.

Há, ainda, relatos de que a facção comprava empresas e postos a preços subfaturados. Pagava apenas as parcelas iniciais do negócio e passava a ameaçar os antigos donos de morte, caso levassem as denúncias às autoridades.

A megaoperação desta quinta-feira demonstrou que o foco deve ser a asfixia financeira, pois é o dinheiro que impulsiona a evolução e a expansão do crime. Ao mirar no capital, o Estado atinge a verdadeira fonte de poder das redes criminosas, indicando que a lei pode, finalmente, alcançar o “andar de cima” e chegar naqueles que os protegem: os integrantes da classe política.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D+4

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br